



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 104, DE 16 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a utilização do armamento não letal TASER no âmbito do STJ.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21, inciso XXI, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O porte, uso e manuseio das armas não letais TASER são exclusivos dos servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área Administrativa – Segurança lotados nas unidades da Secretaria de Segurança.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo se aplica tão somente aos servidores que tenham realizado treinamento específico prévio para utilização desse armamento e que estejam de serviço.

Art. 2º Compete à Coordenadoria de Segurança, além do controle do uso das armas não letais TASER:

- I – planejar treinamentos regulares para utilização das armas TASER;
- II – controlar a entrega, o recebimento e a guarda das armas TASER, bem como dos cartuchos e acessórios;
- III – manter o registro atualizado dos cartuchos entregues aos servidores;
- IV – manter registro com o histórico do uso de cada arma.

§ 1º A Coordenadoria de Segurança poderá delegar à Seção de Serviços da Central de Segurança as atribuições previstas nos incisos II, III e IV.

§ 2º No caso de aplicação do previsto no parágrafo anterior, a Seção de Serviços da Central de Segurança encaminhará relatório mensal circunstanciado à Coordenadoria de Segurança, que, por sua vez, enviará cópia ao Secretário de Segurança.

Art. 3º O servidor, ao receber o armamento, deverá inspecioná-lo e testá-lo antes de inserir o cartucho, comunicando, imediatamente, qualquer anormalidade observada.

Art. 4º Somente será permitido o uso de cartuchos fornecidos pela Coordenadoria de Segurança ou pela Seção de Serviços da Central de Segurança.

Art. 5º A arma TASER só deverá ser utilizada quando indispensável, isto é, em situações em que a ação do ofensor for de agressão ou de resistência ativa e puder causar ferimentos em terceiros ou nos próprios servidores da Secretaria de Segurança, e



na medida mínima necessária para fazer cessar a hostilidade, ou quando se verificar que formas de controle mais brandas ou de mãos livres forem inadequadas ou inseguras.

§ 1º Para o uso na forma descrita no caput deste artigo, o servidor deverá avaliar as ações do ofensor, sua idade e a capacidade de resistência, bem como a quantidade de servidores da Secretaria de Segurança próximos e a possibilidade de controle físico sobre o agressor.

§ 2º O uso da arma TASER em pessoa que esteja em local elevado, onde haja o risco de queda, ferimento grave ou morte, deve ser evitado.

§ 3º A arma TASER não deve ser utilizada em ambientes em que haja materiais inflamáveis.

Art. 6º Havendo disparo de cartucho, o servidor que o efetuou deve, obrigatoriamente:

I – recolher, no mínimo, cinco confetes identificadores do cartucho deflagrado e entregá-los, com a correspondente justificativa do disparo, à Coordenadoria de Segurança;

II – guardar os dardos utilizados em recipientes adequados e entregá-los à Coordenadoria de Segurança.

Art. 7º Qualquer utilização da arma TASER deverá ser justificada, assim como o critério para o uso deverá estar descrito de forma clara em relatório específico a ser encaminhado à Coordenadoria de Segurança.

Art. 8º A Secretaria de Segurança poderá, a qualquer momento, providenciar o recolhimento dos armamentos em operação para auditoria ou manutenção.

Art. 9º A inobservância das disposições desta portaria ou o uso indevido do armamento ensejarão o recolhimento imediato do equipamento sem prejuízo das sanções cíveis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA